

Banco Boavista Interatlântico S.A.
Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ 33.485.541/0001-06
 Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Composição de outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Investimentos por incentivos fiscais	14.559	14.559
Ações e cotas	9.724	9.724
Títulos patrimoniais	42	42
Outros investimentos	1.547	1.547
Subtotal	25.872	25.872
Provisão para perdas com investimentos por incentivos fiscais	(10.532)	(10.532)
Provisão para perdas em ações e cotas	(9.724)	(9.724)
Provisão para perdas em outros investimentos	(509)	(509)
Subtotal	(20.765)	(20.765)
Total	5.107	5.107

9) DEPÓSITOS

a) Depósitos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Depósitos interfinanceiros	80.559	80.559
Total em 2015	80.559	80.559
Total em 2014	-	-

b) Despesas com depósitos

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Depósitos interfinanceiros	10.179	10.179
Total	10.179	10.179

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes
 Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
 A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis
 São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais
 A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

III - Movimentação das provisões

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
Saldo no início do semestre	13.777	13.938
Constituições líquidas de reversões e baixas	(1.059)	(8.028)
Atualização monetária	770	159
Pagamentos	(2.313)	-
Saldo no final do 1º semestre de 2015 (Nota 11)	11.135	6.070
Saldo no final do 1º semestre de 2014 (Nota 11)	14.684	13.831

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
 A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 30 de junho de 2015 e de 2014, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos e contribuições a recolher (1)	56.198	74.080
Provisões fiscais (Nota 10b - III)	6.070	13.831
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	5.492
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 20c)	693	862
Total	62.961	94.265

(1) Inclui R\$ 55.881 mil (2014 - R\$ 73.606 mil) referente ao PAES, instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (Nota 21a).

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Provisões cíveis (Nota 10b - III)	11.135	14.684
Provisões para pagamentos a efetuar	541	-
Outras	109	180
Total	11.785	14.864

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
 O Capital social no montante de R\$ 1.350.000 mil (2014 - R\$ 1.350.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, representado por 2.569.275.469 ações ordinárias, nominativas escriturais sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Reservas de lucros	955.162	875.102
- Reserva legal (1)	59.539	55.498
- Reserva estatutária (2)	895.623	819.604

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
 (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio
 Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. O cálculo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2015	2014
Lucro líquido	34.688	71.655
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(1.734)	(3.583)
Base de cálculo	32.954	68.072
Dividendos propostos	329	681
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	0,13	0,27

13) DESPESAS DE PESSOAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Benefícios	2.583	2.100
Proventos	1.260	1.050
Encargos sociais	283	236
Total	4.126	3.386

14) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Serviços técnicos especializados	10.752	1.590
Amortização de ativo	8.151	-
Propaganda, promoções e publicidade	100	137
Serviços do sistema financeiro	4	7
Transporte	4	17
Comunicação	3	3
Processamento de dados	3	-
Outras	19	19
Total	19.041	1.773

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos e taxas	503	7
Contribuição à COFINS	248	1.762
Contribuição ao PIS	40	286
Total	791	2.055

16) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Outras receitas financeiras (1)	11.257	6.274
Reversão de provisões operacionais	8.392	53
Outras	61	-
Total	19.710	6.327

(1) Inclui R\$ 3.012 mil de variação cambial de valores a receber em euro (Nota 7b).

17) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Provisões operacionais (1)	33.388	-
Outras despesas financeiras	8.826	8.493
Provisões civis	-	1.711
Outras	213	-
Total	42.427	10.215

(1) Provisão para valores a receber de liquidação duvidosa (Nota 7b).

18) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Reversão de provisão para devalorização de outros valores e bens	-	12
Prejuízo na alienação de outros valores e bens	-	(2)
Total	-	10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do
Banco Boavista Interatlântico S.A.
 Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Boavista Interatlântico S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis
 A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos Auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Boavista Interatlântico S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
 Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 28 de agosto de 2015

KPMG
 KPMG Auditores Independentes
 CRC 25PO26577/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
 Contador CRC 1SP252418/O-3

